

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Órgão	8ª Turma Cível
Processo N.	APELAÇÃO CÍVEL 0712131-76.2019.8.07.0018
APELANTE(S)	DISTRITO FEDERAL e AGNALDO NOVATO CURADO FILHO
APELADO(S)	AGNALDO NOVATO CURADO FILHO e DISTRITO FEDERAL
Relator	Desembargador DIAULAS COSTA RIBEIRO
Acórdão Nº	1305966

EMENTA

APELAÇÕES CÍVEIS. REMESSA NECESÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. DOCUMENTOS EXTEMPORÂNEOS. CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. TUTELA DE URGÊNCIA. MÉRITO DA AÇÃO. CONFUSÃO COM O MÉRITO. INDEFERIMENTO. PRELIMINAR. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. REJEIÇÃO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. CONCURSO PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO DF. DECISÃO PRECÁRIA POSTERIORMENTE REVOGADA. MANUTENÇÃO NO CARGO. INÉRCIA DA ADMINISTRAÇÃO. APOSENTADORIA DURANTE O PROCESSO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. INAPLICABILIDADE. TEMA Nº 476 DA REPERCUSSÃO GERAL. RE 740029 AgR/DF. *DISTINGUISHING*. RECONDUÇÃO AO CARGO DE ORIGEM. POSSIBILIDADE.

1. Documentos extemporâneos juntados após a sentença não podem ser conhecidos quando deixarem de observar as exceções previstas nos arts. 435, parágrafo único e 1.014 do CPC.
2. É incabível medida liminar contra atos do Poder Público que esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação (art. 1º, §3º da Lei nº 8.437/1992).
3. Rejeita-se a preliminar de julgamento *extra petita* quando há pedido subsidiário expresso para que se convalide a aposentadoria no cargo anteriormente ocupado.
4. O prazo para revisão do ato de aposentadoria é de 5 (cinco) anos (Decreto nº 20.910/1932, art. 1º) (STJ, 1ª Seção, Pet 9.156/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, julgado em 28/5/2014). Prejudicial rejeitada.
5. O STF firmou entendimento de que a manutenção em cargo público de candidato que tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou de outro provimento judicial de natureza precária, posteriormente revogada ou modificada, sob o fundamento de fato consumado é incompatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos (RE 608482/RN, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 7/8/2014, Tema 476).

6. É inaplicável a teoria do fato consumado nos casos em que o candidato público por decisão precária e essa liminar é posteriormente revogada. A permanência no cargo após a cassação da liminar, mesmo por inércia da Administração, afasta a aplicação do princípio da proteção da confiança legítima. *Distinguishing* do RE 740029 AgR/DF (Rel. Min. Alexandre de Moraes, 1ª Turma, julgado em 14/8/2018).

7. Com a anulação do ato de provimento originário, ocorrerá a cassação da aposentadoria do impetrante, que contribuiu durante todo o período em que exerceu o cargo de Delegado de Polícia.

8. A exoneração do cargo de Delegado, por força da revogação de decisão provisória, tem o mesmo efeito de uma exoneração “comum”, qual seja, a recondução ao cargo de origem de Agente de Polícia.

9. Inexiste ilegalidade na instauração do processo de cassação de aposentadoria, tendo sido assegurado ao impetrante o exercício do contraditório e ampla defesa.

10. Pedido de tutela de urgência incidental feito pelo impetrante indeferido. Preliminar de julgamento *extra petita* suscitada pelo impetrado rejeitada. Prejudicial de prescrição arguida pelo impetrante rejeitada. Recursos e remessa necessária conhecidos e não providos.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores do(a) 8ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, DIAULAS COSTA RIBEIRO - Relator, ROBSON TEIXEIRA DE FREITAS - 1º Vogal e EUSTAQUIO DE CASTRO - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Desembargador ROBSON TEIXEIRA DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA INCIDENTAL FEITO PELO IMPETRANTE INDEFERIDO. PRELIMINAR DE JULGAMENTO EXTRA PETITA SUSCITADA PELO IMPETRADO REJEITADA. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO ARGUIDA PELO IMPETRANTE REJEITADA. RECURSOS E REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. UNÂNIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 09 de Dezembro de 2020

Desembargador DIAULAS COSTA RIBEIRO

Relator

RELATÓRIO

1. Apelações cíveis interpostas por Agnaldo Novato Curado Filho e pelo Distrito Federal contra a sentença da 1ª Vara de Fazenda Pública do DF que, em mandado de segurança c/c pedido de liminar proposto pelo primeiro apelante, concedeu em parte a

segurança: *“apenas para determinar que a autoridade administrativa aprecie se o impetrante cumpre os requisitos legais para aposentadoria no cargo de agente de polícia, aproveitando-se, para tanto, das contribuições vertidas enquanto exerceu de forma precária o cargo de Delegado”*. Sem custas e sem honorários (ID nº 17053841, págs. 1-7 e ID nº 17053854, págs. 1-2).

2. Nas razões de ID nº 17053860, págs. 1-18, o impetrante, Agnaldo Novato Curado Filho requer, preliminarmente, a concessão de liminar. Narra que tomou posse no cargo de Delegado de Polícia Civil do DF após concessão de liminar em 22/4/1998 e permaneceu no cargo até se aposentar, em 27/5/2011. No mérito, afirma que:

- (a) após revogação do provimento liminar em 27/3/2001, a Administração Pública não se manifestou nem realizou qualquer providência até sua aposentadoria;
- (b) após a concessão de sua aposentadoria, a relação com o impetrado passou a ser exclusivamente previdenciária, já que cumpriu todos os requisitos para o ato (Lei Complementar nº 51/1985, art. 1º, I; CF, art. 40, §§ 3º e 7º);
- (c) a cassação de aposentadoria somente é admitida nos casos de demissão do servidor e de acumulação ilegal de cargos (Lei nº 8.112/1990, arts. 133, § 6º e 134), sendo incabível nos casos de aposentadoria por tempo de contribuição;
- (d) o Tribunal de Contas do DF julgou a legalidade do ato de admissão, bem como a legalidade da concessão da aposentadoria;
- (e) o requerimento de cassação de aposentadoria é ilegal e fere seu direito líquido e certo, pois o caso distingue-se do Tema nº 476 firmado pelo STF em repercussão geral;
- (f) aplica-se a teoria do fato consumado em virtude do elevado grau de estabilidade da situação jurídica e por força do princípio da proteção da confiança, conforme entendimento proferido pelo STF no RE 740029 AgR/DF;
- (g) reforça o rompimento do vínculo com o impetrado, motivo pelo qual é incabível a cassação de aposentadoria (CF, art. 40, § 14);
- (h) a decisão do TCDF que aprovou a legalidade da concessão de aposentadoria está prescrita.

3. Pede a reforma da sentença para que seja mantida sua aposentadoria no cargo de Delegado de Polícia.

4. Preparo comprovado (IDs nº 17053861, pág. 1; ID nº 17053862, pág. 1).

5. Contrarrazões apresentadas (ID nº 17053870, págs. 1-16).

6. Nas razões de ID nº 17053856, págs. 1-19, o impetrado, Distrito Federal, requer o recebimento do recurso no duplo efeito. Suscita, preliminarmente, a ocorrência de julgamento *extra petita*.

7. No mérito, sustenta que:

- (a) inexistência de previsão legal para a recondução do impetrante ao cargo de agente de polícia;
- (b) o processo administrativo de cassação de aposentadoria é legítimo, pois o ingresso do impetrante foi declarado nulo, por decisão judicial transitada em julgado;
- (c) o caráter contributivo do sistema previdenciário não impede a cassação de aposentadoria de servidor que teve seu ingresso no serviço público declarado inválido.

8. Pede a reforma da sentença para que os pedidos iniciais sejam julgados totalmente improcedentes.

9. Preparo isento (CPC, art. 1007, § 1º).

10. Contrarrazões apresentadas (ID nº 17053865, págs. 1-10).

11. Agnaldo Novato Curado Filho apresentou pedido de tutela de urgência incidental (ID nº 19298920, págs. 1-11).

12. O Ministério Público, em parecer elaborado pela Dra. Maria Anaídes do Vale Siqueira Soub, Exma. Sra. Procuradora de Justiça, manifestou-se pelo conhecimento e desprovisionamento dos recursos (ID nº 19643730, págs. 1-9).

13. Cumpre decidir.

VOTOS

O Senhor Desembargador DIAULAS COSTA RIBEIRO - Relator

(I) Da juntada de documentos extemporâneos.

14. A juntada de documentos após a sentença é medida excepcional, cabível apenas quando houver documento novo ou quando a parte demonstrar que deixou de juntá-los anteriormente por motivo de força maior, conforme arts. 435, parágrafo único e 1.014 do CPC.

15. **Não conheço** os documentos juntados por Agnaldo Novato Curado (ID nº 19298925, págs. 1-8; ID nº 19298926, págs. 1-19; ID nº 19298927, págs. 1-2; ID nº 19298928, págs. 1-5; ID nº 19298929, págs. 1-2; ID nº 19298930, pág. 1; ID nº 19298931, págs. 1-112; ID nº 19298932, págs. 1-397), pois não constituem fatos novos e, por isso, não podem ser examinados sob pena de supressão de instância.

(II) Do pedido de tutela de urgência incidental.

16. Após a interposição da apelação, Agnaldo Novato Curado requereu tutela de urgência incidental (ID nº 19298920, págs. 1-11).

17. Sustenta que a concessão e revogação de aposentadoria são de competência do Tribunal de Contas do DF. Pede a suspensão liminar dos efeitos da decisão administrativa proferida pela autoridade coatora, a fim de impedir o trâmite do processo administrativo que poderá resultar na perda de sua aposentadoria.

18. O relator poderá deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal quando estiverem presentes os requisitos relativos ao perigo de dano grave, de difícil ou de impossível reparação, bem como a demonstração da probabilidade do provimento do recurso (art. 995, parágrafo único do CPC).

19. O pedido de tutela de urgência foi feito em desfavor da Administração Pública, razão pela qual vale rememorar a avaliação da instrumentalidade do processo, uma vez que o direito processual deve observar as peculiaridades do direito material por ele veiculado.

20. Para proteger a indisponibilidade do interesse público e a superioridade deste em relação ao particular, o Legislador conferiu algumas restrições quando se trata de medida liminar pleiteada em desfavor da Fazenda Pública.

21. Dentre as prerrogativas dessa relação jurídico-processual, consta a vedação de liminar que esgote, no todo ou em parte, o objeto da demanda (Lei nº 8.437/1992, art. 1º, § 3º).

22. O pedido de antecipação de tutela recursal confunde-se com o próprio mérito da demanda e, portanto, não pode ser deferido.

23. **Indefiro** o pedido de tutela de urgência.

24. A sentença acolheu o pedido subsidiário do impetrante e concedeu parcialmente a segurança: *“apenas para determinar que a autoridade administrativa aprecie se o impetrante cumpre os requisitos legais para aposentadoria no cargo de agente de polícia, aproveitando-se, para tanto, das contribuições vertidas enquanto exerceu de forma precária o cargo de Delegado”* (ID nº 17053841, págs. 1-7 e ID nº 17053854, págs. 1-2).

25. A sentença está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório (CPC, 496, I).

26. Conheço a remessa necessária e os recursos. Recebo-os no **duplo efeito** (CPC, arts. 1.012 e 1.013).

(III) Da preliminar e da prejudicial.

(a) Da preliminar de julgamento extra petita suscitada pelo impetrado.

27. O Distrito Federal alega que houve julgamento *extra petita* ante a ausência de pedido subsidiário para que a autoridade administrativa apreciasse o cumprimento dos requisitos legais para a aposentadoria do impetrante no cargo de agente de polícia.

28. Na inicial, o impetrante requereu: a) a concessão da segurança para determinar o trancamento do processo administrativo que objetiva a cassação de sua aposentadoria e b) **subsidiariamente, que a aposentadoria seja convalidada no cargo anteriormente ocupado** (agente de polícia civil do DF) (ID nº 17053781, pág. 15).

29. **Rejeito** a preliminar ante a presença de pedido expresso.

(b) Da prejudicial do mérito: prescrição.

30. O impetrante afirma que o Tribunal de Contas do DF somente pode rever a aposentadoria no lapso temporal de cinco anos contados da concessão, o que não ocorreu.

31. Em 5/6/2018, o referido Tribunal considerou legítima a aposentadoria do impetrante, concedida em 27/5/2011 (Decisão nº 2660/2018, ID nº 17053785, pág. 23).

32. A aposentadoria é um ato complexo e somente se aperfeiçoa com a sua confirmação pelo Tribunal de Contas do DF (Súmula Vinculante nº 3). Enquanto não houver manifestação do órgão, o ato é imperfeito.

33. O prazo para revisão do ato de aposentadoria é de 5 (cinco) anos (Decreto nº 20.910/1932, art. 1º e STJ, 1ª Seção, Pet 9.156/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, julgado em 28/5/2014).

34. Como o ato que aperfeiçoou aposentadoria do impetrante ocorreu em 5/6/2018 (Decisão nº 2660/2018, ID nº 17053785, pág. 23), a partir desse momento inicia-se o prazo prescricional para discussão sobre qualquer matéria correlata.

35. Ressalte-se que a decisão administrativa não impede a apreciação da legalidade de aposentadoria pelo Poder Judiciário, por força do princípio da inafastabilidade de jurisdição.

36. **Rejeito** a prejudicial de prescrição.

(IV) Do mérito.

(a) Recurso do impetrante, Agnaldo Novato Curado Filho.

37. De acordo com o art. 1º da Lei nº 12.016/2009 *“conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade”*.

38. Trata-se de um remédio constitucional que ampara o cidadão contra a prática de atos abusivos ou ilegais cometidos pelo Poder Público, cujo procedimento, atualmente, é regido pela Lei nº 12.016/2009.

39. O cerne é a proteção de direito líquido, caracterizado pela demonstração, de plano, mediante prova documental pré-constituída, da situação jurídica objeto da demanda.

40. Agnaldo Novato Curado Filho impetrou mandado de segurança em desfavor do Diretor-Geral da Polícia Civil do DF e do Diretor-Geral de Gestão de Pessoas da Polícia Civil do DF, com o objetivo de “trancar” processo administrativo instaurado para anular a investidura em cargo público e consequente cassação de sua aposentadoria.

41. Narra que foi agente da Polícia Civil do DF de setembro de 1992 a abril de 1998. Em 22/4/1999, tomou posse no cargo de Delegado de Polícia Civil do DF e se aposentou em 27/5/2011.

42. No concurso para o cargo de Delegado de Polícia, foi inicialmente reprovado na prova oral, mas obteve o direito de permanecer no certame e de tomar posse em razão de decisão liminar que, posteriormente, foi revogada (ação cautelar nº 1998.01.1.058733-3 e ação de conhecimento nº 1998.01.1.062493-3).

43. O provimento liminar foi revogado por sentença que julgou improcedente o mérito do pedido autoral, sem êxito nos recursos subsequentes. A sentença autorizou a exoneração a partir de 27/3/2001.

44. Relata que a Administração permaneceu omissa por 15 anos, mantendo-o no cargo. Argumenta que, em 2010, ajuizou ação com objetivo de impedir o DF de exonerá-lo, sob o argumento de que o período de omissão administrativa gerou legítima expectativa de permanecer no cargo.

45. Os pedidos recursais foram julgados improcedentes (AC 819369) e o processo encontra-se pendente de julgamento no âmbito do STJ (AREsp nº 1.735.872/DF).

46. Sustenta que o Tribunal de Contas do DF aperfeiçoou sua aposentadoria e que a abertura de procedimento administrativo viola seu direito líquido e certo.

47. Aduz que a pretensão do impetrado é ilegal, pois, encerrado o vínculo funcional, remanesce apenas relação previdenciária (CF, art. 40, § 14).

48. Requereu: a) a concessão da segurança para determinar o trancamento do processo administrativo que objetiva a cassação de sua aposentadoria e b) subsidiariamente, que a aposentadoria seja convalidada no cargo anteriormente ocupado (agente de polícia civil do DF).

49. O STF firmou entendimento de que a manutenção em cargo público de candidato que tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou de outro provimento judicial de natureza precária, posteriormente revogada ou

modificada, sob o fundamento de fato consumado é incompatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos (RE 608482/RN, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 7/8/2014, Tema 476).

50. Posteriormente, o STF analisou a aplicação da teoria do fato consumado aos casos em que o candidato é empossado por decisão precária, mas se aposenta antes do processo encerrar.

51. Prevaleceu o entendimento no sentido de que a situação é diversa do Tema nº 476, pois, em razão do elevado grau de estabilidade da situação jurídica, incide o princípio da proteção da confiança legítima (RE 740029 AgR/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, 1ª Turma, julgado em 14/8/2018).

52. Como visto, o impetrante tomou posse com base em liminares concedidas em duas ações, ambas com julgamento de mérito improcedente. Por conseguinte, a liminar que deferiu a participação do impetrante no certame com eventual posse no cargo de Delegado de Polícia foi revogada. Após esse deslinde, a Administração não tomou qualquer providência e o impetrante permaneceu no cargo.

53. A sentença foi mantida em segunda instância. O recurso especial subsequente confirmou o acórdão proferido pela 1ª Turma deste TJDF (AC 150738). O processo transitou em julgado em 26/6/2013, após a aposentadoria do impetrante.

54. A revogação superveniente do ato judicial que amparou a permanência no cargo afasta a aplicação da teoria do fato consumado e do princípio da proteção da confiança legítima, sobretudo porque o impetrante tinha conhecimento do caráter precário da decisão e soube do julgamento desfavorável de mérito.

55. A situação destes autos claramente diferencia-se do RE 740029 AgR/DF (Rel. Min. Alexandre de Moraes, 1ª Turma, julgado em 14/8/2018), no qual o candidato possuía decisão liminar que amparou sua permanência no cargo até a concessão de sua aposentadoria (*distinguishing*).

56. Embora a Administração não tenha tomado qualquer providência, o simples decurso de tempo não convalida a investidura irregular no cargo público, já que não é possível a convalidação de atos flagrantemente inconstitucionais (STJ, EREsp 1327573/RJ, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/12/2014, DJe 27/02/2015).

57. Aplica-se, portanto, a tese firmada no Tema nº 476 da repercussão geral (inaplicabilidade da teoria do fato consumado aos casos de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial precária).

58. No mesmo sentido, concluiu o Ministério Público (ID nº 19643730, págs. 7-8):

“Realmente ao contrário da tese defendida pelo Apelante/Impetrante, constata-se se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acha-se consolidada no sentido da constitucionalidade da cassação de aposentadoria, a despeito do caráter contributivo do benefício previdenciário.

O acórdão paradigma (RE nº 608.482/RN), onde foi reconhecida a repercussão nº 476 - Manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado) sintetiza o entendimento [...].”

[...]

Destaque-se que o decurso do tempo não convalida a investidura inconstitucional no cargo público, por candidato não aprovado na prova oral; de modo que a aposentadoria concedida nesta condição não é válida, não havendo dúvidas de que os recolhimentos previdenciários poderão ser utilizados para a concessão de aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social.

Também não se acha presente na hipótese a marca da excepcionalidade que autorize a distinção (*distinguish*) quanto ao *leading case* do Tema 476, pois no caso não se trata de aposentadoria resultante de processo administrativo disciplinar, cujo cargo tem validade na sua origem (aposentadoria no cargo de Delegado de Polícia concedida em 30/05/2011).

Ademais, convém ressaltar o que foi decidido no citado acórdão nº 1118238 (Agravado Interno na APC nº 20101010293315):

Embora, num primeiro olhar, pareça ser possível a aplicação da técnica do *distinguishing*, como defende o Autor, porque o acórdão paradigma trata da Teoria do Fato Consumado e, no caso concreto, o acórdão recorrido fundamentou-se na Teoria da Supressão, na realidade, a decisão emanada do c. Supremo Tribunal Federal aplica-se perfeitamente ao caso, porque o fundamento constitucional para aplicação da Teoria da Supressão, utilizado no caso concreto, foi também afastado no acórdão paradigma. [grifo na transcrição]

59. Registre-se que não há indícios de ilegalidade na instauração do processo de cassação de aposentadoria, tendo sido assegurado ao impetrante o exercício do contraditório e da ampla defesa.

60. Confirmando a sentença.

(b) Recurso do impetrado, Distrito Federal.

61. O Distrito Federal insurge-se quanto à concessão parcial da segurança, sob o argumento de inexistir previsão normativa para a recondução do impetrante ao cargo de Agente de Polícia Civil do DF, por força do art. 29 da Lei nº 8.112/1990 (aplicável aos policiais civis do DF). Alega que a decisão violou o princípio da legalidade (CF, art. 37).

62. Preliminarmente, o regime jurídico dos Policiais Civis do DF é regido pela Lei nº 4.878/1965 e, nos casos omissos, pela Lei nº 8.112/1990.

63. A recondução é uma modalidade de provimento derivado horizontal, consubstanciada no retorno do servidor ao cargo que anteriormente ocupava. Ocorre nas hipóteses em que o servidor é inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo ou quando há reintegração de seu anterior ocupante (Lei nº 8.112/1990, art. 29).

64. Com a anulação do ato de provimento originário, ocorrerá a cassação da aposentadoria do impetrante, que contribuiu todo o período em que exerceu o cargo de Delegado de Polícia.

65. A cassação da aposentadoria decorrente de irregularidade no provimento originário acarreta o retorno das partes ao *status quo ante* ao ingresso no cargo de Delegado de Polícia, ou seja, a recondução ao cargo de originário de Agente de Polícia Civil do DF.

66. A recondução tem por objetivo preservar o vínculo originário com a Administração. Essa garantia deve ser preservada em atenção princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, uma vez que o impetrante possuía estabilidade no cargo de Policial Civil e prestou seus serviços.

67. No mesmo sentido, concluiu o Ministério Público (ID nº 19643730, pág. 8):

“No que se refere à pretensão recursal do Distrito Federal, também ela não merece provimento, isto porque existe pedido específico formulado pelo Impetrante nos autos (emenda à inicial – ID: 17053781), além de que caso faça jus à aposentadoria no cargo de Agente de Polícia a Administração tem o dever de concedê-la.”

68. Confirmo a sentença.

69. Após o processo ter sido pautado, o apelante juntou petição e documentos de IDs nº 21699414 a nº 21699447, nos quais suscitou fato novo. Em suma, afirmou que, embora o processo junto ao TCDF sobre a nulidade do processo administrativo tramite em sigilo para as partes e seus advogados, soube que o parecer do Ministério Público foi favorável ao seu pleito.

70. Os documentos, contudo, não alteram a solução contida neste voto.

71. Informações complementares: ação proposta em 5/12/2019. Sem valor da causa. Sem custas e sem honorários (Lei nº 12.016/2009, art. 25).

DISPOSITIVO

72. **Indefiro** o pedido de tutela de urgência incidental feito pelo impetrante, Agnaldo Novato Curado Filho. **Não conheço** os documentos juntados nos IDs nº 17053861 e nº 17053862. **Rejeito a prejudicial** de prescrição e **nego provimento** ao recurso.

73. **Rejeito** a preliminar suscitada pelo impetrado. Conheço a remessa necessária e o recurso voluntário e **nego-lhes provimento**.

74. Confirmo a sentença.

75. Sem custas e sem honorários (Lei nº 12.016/2009, art. 25).

76. E o voto.

77. À Il. Secretaria da 8ª Turma para cadastrar o termo “Remessa Necessária” no processo.

O Senhor Desembargador ROBSON TEIXEIRA DE FREITAS - 1º Vogal

Com o relator

O Senhor Desembargador EUSTAQUIO DE CASTRO - 2º Vogal

Com o relator

DECISÃO

PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA INCIDENTAL FEITO PELO IMPETRANTE INDEFERIDO. PRELIMINAR DE JULGAMENTO EXTRA PETITA SUSCITADA PELO IMPETRADO REJEITADA. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO ARGUIDA PELO IMPETRANTE REJEITADA. RECURSOS E REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. UNÂNIME.

Assinado eletronicamente por: DIAULAS COSTA RIBEIRO

09/12/2020 19:36:57

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 22067353



20120919365730500000021405115

IMPRIMIR

GERAR PDF